Salto, 22 de outubro de 2026

RELATÓRIO Nº 31

RELATÓRIO DA REUNIÃO PÚBLICA – SAÚDE BUCAL - DESAFIOS, NECESSIDADES DA POPULAÇÃO E PROPOSTAS PARA MELHORAR O ACESSO E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO - 19/10/2026 - 14H

INTRODUÇÃO

Na segunda-feira, 19 de outubro de 2026, a Câmara Municipal de Salto realizou uma reunião pública com o tema saúde bucal - desafios, necessidades da população e propostas para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento. O evento foi promovido pela Comissão de Organização, Bens, Serviços, Saúde, Educação, Cultura, Servidores, Meio Ambiente e Administração.

A reunião foi conduzida pelo vereador Clayton Aparecido dos Santos e contou com a presença dos vereadores Edemilson Pereira dos Santos; Luzia de Fátima Izidório Vidal; Arildo Guadagnini; Graziela Costa Leite e Antônio Moreira Sobrinho.

Além dos parlamentares, estiveram presentes a coordenadora de Saúde Bucal, Carla Mariana; o secretário municipal de Saúde, Fernando Amâncio; Damares Zamengo Galvão, representante do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e do Conselho Municipal de Saúde (CMS); Ana Santos, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Mônica Oliveira, enfermeira; Léa Junqueira, da Secretaria Municipal de Saúde; e Águeda Virgínia Brizola Silva, subsecretária de Serviços em Saúde.

CONTRIBUIÇÕES

O vereador Edemilson Pereira dos Santos ressaltou a importância da saúde bucal para o bem-estar, a autoestima e a qualidade de vida e mencionou a Lei Federal nº 8.080/1990, que organiza o Sistema Único de Saúde (SUS), e a Política Nacional de Saúde Bucal, instituída em 2004 por meio do programa Brasil Sorridente. Agradeceu especialmente ao secretário municipal de Saúde, Fernando Amâncio Camargo, pela atenção dedicada ao setor e pela participação na reunião com sua equipe técnica, além de cumprimentar os representantes dos conselhos e a vereadora Graziela Costa Leite, que chegou durante a abertura.

Edemilson destacou que a rede municipal oferece procedimentos como restaurações, raspagens e extrações dentárias e mencionou a implantação do serviço de próteses dentárias, cujas ações vinham sendo desenvolvidas desde o início do ano e começavam a se concretizar. Ao comentar os dados apresentados em audiência pública sobre os atendimentos do primeiro quadrimestre, ressaltou o volume de procedimentos realizados, superior a 30 mil, mas chamou a atenção para o número de faltas, próximo de cinco mil. Reconheceu que a Secretaria já adotava medidas de confirmação de consultas e sugeriu que essas estratégias também fossem consideradas no atendimento odontológico. Como proposta para aprimorar o planejamento, defendeu a realização de um levantamento epidemiológico da saúde bucal da população saltense, abrangendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Embora reconhecesse a complexidade da iniciativa, sugeriu a participação de cirurgiões-dentistas e agentes comunitários de saúde, que conhecem os territórios e poderiam contribuir para identificar as necessidades da população. Afirmou que a existência de dados consistentes permitiria direcionar melhor as ações e os recursos públicos.

O vereador também propôs a realização de uma Semana Municipal de Saúde Bucal, ampliando para toda a cidade as ações preventivas já desenvolvidas nas escolas. Sugeriu mobilizar unidades e clínicas de saúde, envolver a sociedade e estabelecer uma identidade para a campanha, de forma semelhante a outras iniciativas de conscientização já conhecidas pela população. Esclareceu que o objetivo da reunião era construir propostas e estratégias de trabalho conjunto entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade, e não se limitar à apresentação de números. Ao final, devolveu a palavra ao presidente da reunião, agradecendo a participação dos presentes.

A coordenadora de Saúde Bucal, Carla Mariana, explicou que a política Brasil Sorridente abrange todas as etapas da assistência odontológica no SUS, desde a promoção e a prevenção até o tratamento especializado e a reabilitação protética. Informou que a rede municipal está organizada em atenção primária, atenção especializada, atendimento a pessoas com deficiência e assistência hospitalar quando necessária, além da implantação do serviço de próteses dentárias. Na atenção primária, os atendimentos são realizados nos postos e clínicas municipais, incluindo o Centro de Saúde II, a Clínica Bela Vista, o CECAP, o Moutonnée, o Jardim das Nações, o Saltense, o Santa Cruz, o São Gabriel e a Unidade Básica de Saúde (UBS) Donalísio. Também há atendimento no Ambulatório de Moléstias Infecciosas (AMI) e na "Guardinha", destinado aos jovens aprendizes atendidos pela instituição. A coordenadora esclareceu que a unidade do Jardim das Nações Unidas estava equipada, mas ainda não havia iniciado os atendimentos odontológicos.

Carla explicou que o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) tipo I oferece endodontia, para tratamento de canal; periodontia, voltada às doenças da gengiva e dos tecidos de sustentação dos

dentes; atendimento a pessoas com necessidades especiais; cirurgia oral menor; e estomatologia. Informou que o serviço de próteses totais, conhecidas como dentaduras, e de próteses parciais removíveis seria implantado na clínica do CECAP. O laboratório responsável havia sido contratado por meio de licitação e estava em fase experimental, destinada a verificar se conseguiria atender às necessidades do município. A expectativa era apresentar o serviço ao conselho no final daquele mês ou no início do mês seguinte, para posteriormente anunciar sua implantação definitiva. Como o município ainda não possuía histórico de atendimento nessa modalidade, a demanda estava sendo levantada a partir dos encaminhamentos enviados pelas unidades de saúde. A quantidade inicialmente contratada teve como referência o mínimo estabelecido pelo Ministério da Saúde, mas poderia ser reavaliada após a identificação da demanda real.

A coordenadora esclareceu que o Brasil Sorridente não se restringe às especialidades odontológicas, pois também compreende as ações preventivas e os atendimentos básicos. Explicou que a atenção primária é a porta de entrada do serviço, cabendo aos profissionais das UBS avaliar os pacientes e encaminhá-los ao CEO quando houver necessidade de tratamento especializado. Após a conclusão dessa etapa, o paciente deve retornar à unidade de origem para dar continuidade ao tratamento e manter o acompanhamento. Nos casos de maior complexidade que não possam ser resolvidos no município, o encaminhamento é realizado por meio da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS). Ressaltou que a continuidade do cuidado é indispensável, pois a conclusão de um procedimento especializado não elimina a necessidade de acompanhamento na atenção básica.

Ao abordar a prevenção, Carla informou que o município desenvolve ações do Programa Saúde na Escola (PSE), incluindo orientação sobre higiene bucal, aplicação de flúor, atividades educativas, avaliação das condições bucais e identificação de necessidades de tratamento. O levantamento epidemiológico das crianças de 6 a 12 anos já é realizado regularmente nas escolas municipais. Explicou que o levantamento epidemiológico de toda a população ocorre periodicamente, conforme solicitação dos governos federal e estadual, e que Salto foi sorteado em 2015 para participar de uma pesquisa desse tipo. Na ocasião, profissionais realizaram avaliações domiciliares, visitando residências para examinar os moradores. Esclareceu, contudo, que esse levantamento não é realizado continuamente nem abrange necessariamente todos os bairros, pois depende do processo de seleção adotado pelos governos responsáveis.

A coordenadora informou que a equipe de prevenção atua nas escolas municipais e identifica crianças com necessidades de tratamento, encaminhando-as às UBS por meio de comunicados enviados aos responsáveis. Alguns procedimentos de mínima intervenção, destinados a interromper o avanço inicial da cárie sem o uso de equipamentos de alta rotação, já são realizados no próprio ambiente escolar,

mediante autorização dos pais. Entretanto, há responsáveis que não autorizam nem mesmo a aplicação de flúor, o que dificulta a execução das ações. Também relatou que algumas famílias não levam as crianças encaminhadas às unidades de saúde, situação que exige tentativas de busca ativa e, em determinadas circunstâncias, a participação da assistência social. Informou que cinco cirurgiões-dentistas possuem horários exclusivos para atuar nas escolas e que a Secretaria pretende ampliar essas ações, estabelecendo dias específicos para que profissionais da atenção primária também atendam nas escolas próximas às suas unidades.

Carla explicou que, nas UBS, são realizados atendimentos de urgência, restaurações, extrações simples, tratamento periodontal básico, procedimentos preventivos e acompanhamento clínico. Mencionou ainda a campanha anual de prevenção do câncer bucal, realizada nas unidades durante o dia de mobilização da campanha de vacinação contra a influenza, com orientações especialmente direcionadas aos adultos e idosos. Sobre os pacientes com deficiência que necessitam de atendimento odontológico sob anestesia geral, informou que o município mantém parceria com o hospital e o centro cirúrgico, permitindo a realização do procedimento após avaliação clínica, exames e preparação para a internação. Também explicou que a estrutura do CEO, localizada no São Gabriel, já não comporta o crescimento da demanda e que a Secretaria vem criando pontos complementares de atendimento especializado. Entre eles, citou a realização de cirurgia oral menor na Clínica Santa Cruz, o futuro atendimento de próteses no CECAP e o atendimento de crianças que não conseguem realizar procedimentos nas UBS, sob responsabilidade da profissional que atua no Saltense.

Ao apresentar os dados de 2026 referentes ao período discutido na reunião, Carla informou que a atenção primária registrou 40.198 atendimentos e procedimentos, enquanto o CEO contabilizou 6.691 procedimentos e atendimentos, e as ações nas escolas totalizaram 2.967. Também mencionou 2.145 tratamentos completados. Na atenção primária, foram registradas 5.123 faltas no segundo quadrimestre, apesar da realização de quase 26 mil procedimentos no período. Explicou que a equipe procura aproveitar os horários vagos atendendo outros pacientes, mas alertou que as ausências comprometem a continuidade dos tratamentos e contribuem para a concentração da procura nos serviços de urgência. No CEO, foram registradas 689 faltas no quadrimestre, mesmo com a confirmação de consultas por WhatsApp, prática adotada havia mais de cinco anos. A coordenadora destacou que as ausências prejudicam especialmente os procedimentos demorados, como os tratamentos de canal, que podem exigir sessões de 40 minutos a uma hora e não permitem o aproveitamento imediato do horário quando o paciente falta sem aviso.

Entre os principais desafios, Carla apontou o crescimento da população e da procura por atendimento especializado, a limitação de espaço físico, a necessidade de ampliação das equipes, a insuficiência de auxiliares de saúde bucal e os problemas anteriormente enfrentados nas licitações de

materiais e equipamentos. Informou que a rede contava com 36 cirurgiões-dentistas e 30 auxiliares, número de auxiliares inferior ao considerado necessário para acompanhar adequadamente a quantidade de dentistas. Explicou que esses profissionais são essenciais para auxiliar nos procedimentos, organizar o fluxo de pacientes, higienizar os consultórios, lavar e esterilizar os instrumentos e repor os materiais. Acrescentou que as contratações enfrentam dificuldades porque alguns candidatos aprovados em concursos não possuem a formação exigida ou o registro no Conselho Regional de Odontologia.

A coordenadora esclareceu que algumas unidades já funcionam em sua capacidade máxima. Na Clínica Santa Cruz, por exemplo, os três consultórios são utilizados nos períodos das 7h às 11h, das 11h às 15h e das 15h às 19h, sem possibilidade de ampliar os atendimentos no local. Em outras unidades, há espaço para reorganizar os serviços, mas a prioridade inclui a ampliação da assistência especializada. Informou que o concurso recente prevê contratações para odontopediatria, visando ampliar o atendimento de crianças que necessitam de assistência diferenciada, e para endodontia, destinada aos tratamentos de canal. Também explicou que a Secretaria avalia ampliar a carga horária de profissionais que atualmente trabalham quatro horas diárias, como alternativa para suprir ausências decorrentes de aposentadorias, falecimentos e outras situações, além de recorrer às contratações previstas no concurso público.

Carla destacou que os equipamentos e os materiais são indispensáveis ao atendimento odontológico e que a modernização tecnológica pode melhorar a produtividade e a segurança dos procedimentos. Como exemplo, mencionou os sensores digitais de radiografia, que permitem visualizar as imagens diretamente no computador, reduzem o tempo necessário para o exame e utilizam aproximadamente um terço da exposição à radiação em comparação com a radiografia convencional. Acrescentou que a falta de água ou energia elétrica impede o funcionamento dos consultórios, dada a dependência desses recursos para a operação dos equipamentos. Como medidas de melhoria, apontou a ampliação da capacidade de atendimento, o fortalecimento das equipes, a regularidade no abastecimento, a substituição e manutenção dos equipamentos, a ampliação dos serviços especializados, a organização dos encaminhamentos e a redução das faltas. Agradeceu aos vereadores pelas emendas impositivas destinadas à substituição de equipamentos e ressaltou que o investimento em prevenção é essencial para reduzir a ocorrência de cáries, a necessidade de tratamentos de canal e a demanda por próteses.

O presidente da Câmara, Clayton Aparecido dos Santos, agradeceu a apresentação da coordenadora e informou que a população poderia encaminhar perguntas, propostas de projetos, requerimentos e indicações por meio da área de Políticas Públicas no site da Câmara. Em seguida, apresentou três perguntas encaminhadas por Keila, que se identificou como cidadã e representante da classe odontológica. A primeira tratava do dimensionamento e da distribuição dos cirurgiões-dentistas e auxiliares nas unidades municipais, questionando se o quadro era suficiente e se havia identificação das

unidades com maior déficit de profissionais. Em resposta, Carla reiterou que o município possuía 36 dentistas e 30 auxiliares, destacando a importância de igualar esses quantitativos e as dificuldades para contratar auxiliares devidamente habilitados. Explicou que a ampliação também depende da existência de consultórios disponíveis, pois algumas unidades já operam em sua capacidade máxima.

A segunda pergunta de Keila tratava do planejamento de longo prazo para reposição de profissionais diante das aposentadorias e de outras vacâncias, a fim de evitar a interrupção dos atendimentos. Carla respondeu que a Secretaria vinha considerando as contratações previstas em concurso público e a possibilidade de ampliar a jornada de dentistas que trabalham quatro horas diárias. Mencionou a situação da Clínica Santa Cruz, onde um profissional contratado temporariamente ocupava uma vaga decorrente do falecimento de uma funcionária, e explicou que a contratação de um cirurgião-dentista clínico por concurso permitiria reorganizar o atendimento. A terceira pergunta abordava a educação permanente e a capacitação das equipes. A coordenadora informou que disponibilizava aos profissionais cursos gratuitos oferecidos pelo Ministério da Saúde e que já havia conversado com o secretário sobre treinamentos específicos, incluindo atualização em urgências e emergências e orientação para o atendimento inicial de pessoas com necessidades especiais. Esclareceu que essas capacitações estavam em planejamento e que, embora não fossem obrigatórias, eram disponibilizadas aos profissionais.

Damares Zamengo Galvão, representante do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Saúde, falou também na condição de usuária do SUS. Relatou que ela e o marido realizaram tratamentos odontológicos em Salto e avaliou positivamente a prevenção, as orientações recebidas, a pontualidade, a limpeza dos consultórios, a esterilização dos instrumentos e o atendimento prestado pelos profissionais e auxiliares. Informou que realizou tratamento de canal na rede municipal, na Clínica São Gabriel, e elogiou o serviço, mencionando também o atendimento do profissional que atuava no CECAP. Comparou a experiência com a de sua antiga cidade, onde aguardava havia seis anos por uma consulta, e afirmou que, em Salto, geralmente conseguia agendamento em menos de um mês. Embora reconhecesse a possibilidade de melhorias, declarou não ter enfrentado dificuldades significativas para acessar o atendimento odontológico municipal e relatou que chegou a cancelar uma consulta para o filho porque ele seria atendido por meio das ações escolares.

Damares sugeriu que as confirmações de consultas fossem realizadas com maior antecedência, preferencialmente três dias antes, em vez de apenas na véspera, para que os pacientes tivessem mais tempo de visualizar as mensagens e se organizar. Também propôs facilitar o cancelamento das consultas, que, segundo seu relato, dependia de comparecimento presencial, e reforçar a conscientização da população sobre a importância de avisar quando não pudesse comparecer. Ao comentar as faltas de crianças encaminhadas pelas escolas, manifestou preocupação com a recusa de alguns responsáveis em

autorizar os procedimentos preventivos. A coordenadora acrescentou que o CECAP havia recebido um sensor digital de radiografia, após Damares mencionar dúvidas sobre a disponibilidade de equipamentos radiológicos na unidade. Com isso, foi esclarecido que o equipamento havia sido disponibilizado e que a questão mencionada anteriormente já tinha sido solucionada.

O presidente Clayton perguntou se os horários estendidos das unidades odontológicas eram suficientemente utilizados e se seria necessário ampliar esse tipo de atendimento. Carla respondeu que a demanda variava conforme o bairro. Na Clínica Santa Cruz, havia procura significativa no horário estendido, enquanto no Jardim das Nações a principal dificuldade estava relacionada à procura por urgências e à falta de continuidade dos tratamentos. Explicou que a existência de um ponto de atendimento especializado na Santa Cruz ocupava um consultório que poderia ser destinado à atenção primária e que a ampliação do CEO permitiria liberar esse espaço. Nas demais unidades, considerava a oferta de horários suficiente, mas observava que as faltas aumentavam após as 17h, mesmo quando os atendimentos estavam disponíveis.

A vereadora Luzia Vidal explicou que havia solicitado a discussão sobre saúde bucal em razão de reclamações de moradores do Jardim das Nações, que relatavam dores intensas, inflamações e dificuldades para conseguir atendimento de urgência, especialmente nos finais de semana. Questionou a possibilidade de transferir o CEO para uma região mais central, com maior espaço físico e acesso facilitado para moradores dos bairros periféricos, que muitas vezes precisavam utilizar dois ônibus para chegar ao atendimento especializado. Também perguntou sobre a unidade do Jardim das Nações Unidas, que possuía consultórios equipados, mas permanecia sem atendimento, apesar da demanda de moradores dos bairros Nair Maria, Panorama e Jardim Planalto.

Em resposta, Carla afirmou que nenhum paciente deveria deixar de receber atendimento de urgência. Explicou que, nesses casos, o paciente é atendido na atenção primária e, quando necessário, recebe os procedimentos iniciais para controlar a dor até conseguir realizar o tratamento especializado. Se houver falta de profissional em determinado horário, a orientação é encaminhar o paciente à UBS mais próxima, com contato entre as equipes para viabilizar o atendimento. Nos casos em que a unidade não consegue resolver a dor, a coordenadora informou que procura articular a assistência diretamente com o profissional responsável. Diante dos relatos apresentados pela vereadora, solicitou informações que permitissem identificar os pacientes e verificar as circunstâncias dos casos, pois considerava necessário apurar eventuais falhas de atendimento. Sobre o Jardim das Nações Unidas, explicou que as três salas já estavam montadas e que a principal dificuldade era a falta de auxiliares de saúde bucal. A expectativa era iniciar os atendimentos assim que fosse possível regularizar essa questão, o que também ajudaria a reduzir a sobrecarga da unidade do Jardim das Nações.

A profissional que havia coordenado anteriormente a Saúde Bucal complementou a resposta, afirmando que alguns pacientes que reclamavam da falta de atendimento apresentavam histórico de ausências em consultas previamente agendadas e retornavam à unidade somente quando sentiam dor. Ressaltou que a interrupção dos tratamentos era um problema recorrente desde a reorganização da saúde bucal em 2005 e que a continuidade do atendimento dependia também do comparecimento dos pacientes.

Luzia perguntou quando seria implementada a proposta de uma Semana de Saúde Bucal ou de um mutirão com horários estendidos e envolvimento das equipes de Saúde da Família, especialmente para alcançar pessoas em situação de vulnerabilidade. Também questionou a capacidade de atendimento da nova clínica de próteses do CECAP e os possíveis efeitos sobre a fila de espera. Carla esclareceu que ainda não era possível estimar a demanda por próteses, pois o serviço estava sendo implantado e os encaminhamentos haviam começado recentemente. A quantidade de atendimentos e a necessidade de ampliar o contrato seriam avaliadas nos meses seguintes. Alertou, porém, que nem todos os pacientes estão aptos a receber próteses imediatamente, pois a indicação depende das condições da estrutura óssea, da saúde da gengiva e dos dentes de apoio, além da necessidade de acompanhamento clínico. Explicou que pacientes com perda óssea acentuada ou doenças periodontais podem apresentar dificuldades para utilizar a prótese e precisam ser avaliados individualmente.

Ao retomar a questão dos mutirões, Fernando Camargo afirmou que, na avaliação da Secretaria, o principal problema não era a ausência de oferta de consultas, mas as faltas e a baixa adesão à continuidade dos tratamentos. Sustentou que a rede possuía capacidade de atendimento, mas muitos pacientes procuravam o serviço apenas quando sentiam dor, deixando de retornar após o procedimento de urgência. Carla complementou que as campanhas de prevenção já eram realizadas nas escolas municipais, com apoio de agentes comunitários de saúde, e que também havia visitas domiciliares e orientações às pessoas que necessitavam de atendimento em casa. Sobre a redução das faltas, informou que a Secretaria já confirmava consultas por WhatsApp e que avaliaria ampliar o prazo de confirmação para dois ou três dias antes do atendimento. Solicitou ainda a colaboração dos vereadores na conscientização da população, orientando os moradores a avisar quando não pudessem comparecer e a concluir os tratamentos iniciados. Explicou que, após um tratamento de canal, por exemplo, o paciente deve retornar à UBS para concluir a restauração e manter o acompanhamento, evitando a perda do dente e a repetição de atendimentos de urgência.

O vereador Antônio Moreira Sobrinho cumprimentou os presentes e elogiou o trabalho da comissão. Questionou a situação da unidade do Jardim das Nações Unidas, inaugurada em julho de 2024, informando que havia recebido relatos de ausência tanto de auxiliares quanto de dentistas, apesar da existência de três consultórios equipados. Perguntou se havia previsão para o início dos atendimentos.

Carla explicou que a regularização do quadro de auxiliares era necessária e que a Secretaria também aguardava o andamento do concurso para contratar cirurgiões-dentistas. Acrescentou que havia a possibilidade de ampliar a jornada de profissionais já vinculados à rede, mas que a abertura da unidade dependia da disponibilidade de pessoal.

Antônio relatou sua experiência pessoal na UBS do Jardim Saltense, onde realizava tratamento odontológico e considerava satisfatórios o atendimento e a qualidade dos procedimentos. Observou que, naquela unidade, percebia horários disponíveis e a ausência de pacientes em algumas consultas, embora reconhecesse que outras unidades poderiam enfrentar sobrecarga. Sugeriu que a distribuição dos atendimentos fosse avaliada conforme a demanda de cada local e destacou a importância de considerar as faltas e a interrupção dos tratamentos ao analisar as reclamações da população. Em resposta, Carla afirmou que ficou preocupada ao ouvir críticas públicas à saúde bucal e pediu que os vereadores e os profissionais comunicassem diretamente à coordenação as situações problemáticas, para que pudessem ser verificadas e resolvidas.

A vereadora Graziela Costa Leite reconheceu o trabalho dos profissionais da saúde, mas relatou dificuldades de acesso observadas principalmente em bairros periféricos. Como exemplo, mencionou um morador do bairro Rondon que procurou ajuda por apresentar dentes comprometidos e não saber como acessar o serviço odontológico. A vereadora elaborou um encaminhamento para que ele procurasse atendimento e solicitou avaliação para extrações e posterior colocação de prótese. Segundo seu relato, o paciente conseguiu realizar as extrações, mas permanecia sem prótese. Graziela argumentou que a integração entre os profissionais da atenção básica poderia facilitar a identificação de problemas odontológicos durante consultas médicas, inclusive em pacientes com hipertensão ou diabetes, permitindo orientar e encaminhar aqueles que necessitassem de atendimento. Destacou que a perda dos dentes afeta não apenas a aparência, mas também a autoestima, a alimentação e a dignidade, sobretudo quando o paciente não consegue custear uma prótese.

A vereadora também manifestou preocupação com as condições bucais de crianças do Jardim Marília, citando o conhecimento que tinha da comunidade e os problemas dentários observados entre os estudantes. Defendeu que as ações preventivas e os diagnósticos priorizassem os bairros periféricos e as famílias em maior vulnerabilidade social, nas quais os responsáveis podem enfrentar maiores dificuldades para acompanhar os tratamentos. Questionou ainda a ausência de um programa municipal de ortodontia para crianças e adolescentes, considerando o custo elevado dos aparelhos dentários, e perguntou sobre os recursos federais destinados ao Programa Saúde na Escola e à aquisição de materiais odontológicos. Carla explicou que o financiamento do PSE abrange diversas ações de saúde e educação, não sendo destinado exclusivamente à saúde bucal. Sobre os valores mencionados pela vereadora para materiais odontológicos

e consultórios portáteis, esclareceu que se tratava de recursos de emendas parlamentares. Graziela confirmou que havia solicitado essas emendas, totalizando R$ 67.900,00. A coordenadora informou que os recursos foram utilizados na compra de escovas, materiais informativos e instrumentos educativos, como modelos de bocas e escovas de demonstração, destinados às atividades com as crianças.

Graziela também questionou a adesão do município a uma portaria do Ministério da Saúde publicada em agosto, que, segundo sua leitura, previa recursos para equipes odontológicas, e perguntou sobre a possibilidade de implantação de uma Unidade Odontológica Móvel. Fernando respondeu que precisaria examinar o texto integral da portaria para verificar sua aplicabilidade ao município. Carla explicou que a Secretaria já havia solicitado adesão ao programa de unidades odontológicas móveis em duas oportunidades, mas não havia sido contemplada. Informou que o serviço poderia contribuir para ampliar o atendimento em regiões vulneráveis e em locais que concentram idosos, levando os procedimentos até a população. Também confirmou que a situação das crianças do Jardim Marília já era conhecida pela Secretaria e que as ações preventivas e os encaminhamentos estavam sendo reforçados, embora persistissem dificuldades para que algumas famílias levassem os filhos às unidades. Em determinados casos, a equipe considerava necessário acionar o Conselho Tutelar para buscar a participação dos responsáveis.

Sobre o morador encaminhado pela vereadora, Carla esclareceu que, na época em que ele realizou as extrações, o município ainda não oferecia o serviço de próteses dentárias. Informou que, com a implantação do novo serviço, os moradores poderiam procurar diretamente a UBS para agendar uma avaliação odontológica e verificar a possibilidade de receber uma prótese. A coordenadora também solicitou que os encaminhamentos elaborados por agentes políticos não determinassem previamente o procedimento que deveria ser realizado, pois a avaliação e a decisão clínica cabem ao cirurgião-dentista após examinar o paciente. Sugeriu que os documentos apenas orientassem o munícipe a procurar o serviço odontológico para avaliação ou que as situações fossem comunicadas diretamente à coordenação, caso houvesse dificuldade de agendamento.

Graziela explicou que elaborava os encaminhamentos para facilitar o acesso de pessoas com dificuldades de orientação e que não pretendia interferir na decisão técnica dos profissionais. Fernando complementou que documentos que já determinam extrações ou outros procedimentos podem gerar conflitos entre as atribuições dos profissionais e prejudicar a avaliação clínica. Comparou a situação à apresentação de uma petição pronta a um advogado, sem que este tenha avaliado previamente o caso. Defendeu que o munícipe deve procurar diretamente a unidade de saúde e que o profissional responsável deve decidir a conduta após a consulta. Acrescentou que, se houver dificuldade de acesso ou agendamento, a situação pode ser encaminhada à Secretaria para providências. Graziela reiterou que sua

intenção era viabilizar o atendimento de moradores com dificuldades de acesso, e não impor procedimentos aos profissionais.

Na sequência, Graziela questionou por que o consultório odontológico da "Guardinha" atendia exclusivamente os jovens aprendizes da instituição, apesar da existência de dificuldades de pessoal em outras unidades, e perguntou sobre a origem do serviço, os custos e a possibilidade de atendimento a todos os munícipes. Fernando explicou que o consultório já existia quando ele ingressou no serviço público municipal, em 1992, e que provavelmente havia sido implantado em 1989 ou 1990. Informou que a estrutura pertence à "Guardinha", que fornece o consultório e os equipamentos, enquanto a Prefeitura disponibiliza o profissional e os insumos. O dentista atua quatro horas por dia, sem auxiliar, e atende os educandos da instituição, que também são moradores do município. O serviço oferece ações preventivas e tratamento odontológico, seguindo um modelo de parceria mantido há décadas. Fernando esclareceu, assim, que a continuidade do atendimento decorre de uma estrutura disponibilizada pela própria entidade, e não de um serviço municipal implantado exclusivamente para beneficiar uma instituição privada.

O vereador Edemilson Pereira dos Santos retomou a palavra para destacar a importância do trabalho realizado pela equipe de saúde bucal, reconhecendo a atuação da coordenadora Carla Mariana, da profissional Léa Junqueira e dos demais servidores. Ressaltou que a reunião tinha o objetivo de reconhecer as ações existentes, identificar dificuldades e construir alternativas para ampliar a assistência. Mencionou a possibilidade de mobilizar os vereadores para buscar recursos destinados à aquisição de uma unidade odontológica móvel, com a finalidade de atender regiões mais vulneráveis. Informou que as emendas impositivas de 2027 já estavam comprometidas, mas colocou-se à disposição para destinar recursos a partir de 2028. Também defendeu a criação de um espaço exclusivo para o CEO, de forma a ampliar a capacidade de atendimento especializado e liberar consultórios atualmente utilizados como pontos complementares. Solicitou ao secretário informações sobre o planejamento de uma nova estrutura.

Fernando respondeu que a Secretaria já realizava estudos para ampliar o CEO, incluindo o levantamento de um terreno e dos custos necessários para a construção, além da busca de alternativas por meio de contrapartidas. Explicou que a coordenadora já havia apontado os limites da estrutura atual e reconheceu que a ampliação era necessária para acompanhar o crescimento da demanda. Agradeceu o apoio dos vereadores e afirmou que a cooperação entre o Executivo, o Legislativo e os conselhos é fundamental para melhorar os serviços oferecidos à população. Edemilson agradeceu a presença dos participantes e o apoio do presidente da Câmara, reforçando a importância da continuidade do diálogo institucional.

O vereador Arildo Guadagnini também parabenizou a equipe de saúde bucal e agradeceu à coordenadora Carla Mariana pelo apoio na obtenção de contatos de fornecedores para os procedimentos necessários à aquisição de equipamentos. Destacou a importância da parceria entre a Câmara e a Secretaria, especialmente por meio das emendas impositivas, e informou que havia destinado aproximadamente R$ 83 mil para a compra de sensores de radiografia digital, contribuindo para a modernização dos atendimentos.

Ao final da reunião, o presidente Clayton Aparecido dos Santos informou que seu gabinete encaminharia, ainda naquele dia, uma solicitação a um deputado federal de seu grupo político para tentar viabilizar recursos para a aquisição de uma unidade odontológica móvel. Convidou os demais vereadores a buscar apoio parlamentar para a mesma finalidade, de modo a ampliar o atendimento nas regiões mais carentes. Em seguida, agradeceu a participação de Léa Junqueira, Carla Mariana, Fernando Amâncio Camargo, Mônica Oliveira, Ana Santos, Damares Galvão, Águeda Brizola e dos demais presentes. Agradeceu especialmente aos integrantes da comissão, Edemilson Pereira dos Santos, Arildo Guadagnini e Luzia Vidal, pela organização da reunião e pelo compromisso com a discussão das políticas públicas municipais. Por fim, esclareceu que as contribuições apresentadas seriam analisadas pela comissão e poderiam subsidiar requerimentos, indicações e outras medidas legislativas destinadas a transformar os apontamentos da reunião em encaminhamentos concretos para a melhoria da saúde bucal em Salto. Declarou encerrada a reunião pública, sob a proteção de Deus.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Indicamos ao Poder Executivo que amplie o quadro de auxiliares de saúde bucal, de modo a adequar o número desses profissionais à quantidade de cirurgiões-dentistas da rede municipal, considerando que o município dispõe de 36 dentistas e 30 auxiliares e que a insuficiência de pessoal dificulta a abertura de consultórios, a organização dos atendimentos e a execução dos procedimentos de higienização e esterilização dos instrumentos.

Indicamos ao Poder Executivo que adote as providências necessárias para iniciar os atendimentos odontológicos na unidade do Jardim das Nações Unidas, que dispõe de três consultórios equipados, priorizando a regularização do quadro de auxiliares de saúde bucal e a disponibilização de cirurgiões-dentistas, a fim de ampliar a oferta de serviços para os moradores dos bairros Nair Maria, Panorama e Jardim Planalto e reduzir a sobrecarga das unidades próximas.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a ampliação da carga horária dos cirurgiões-dentistas que atualmente trabalham quatro horas diárias, associada às contratações previstas em concurso público,

para assegurar a reposição de profissionais em casos de aposentadoria, falecimento e outras vacâncias, evitando a redução da capacidade de atendimento da rede municipal.

Indicamos ao Poder Executivo que dê continuidade aos estudos para implantação de uma estrutura própria e ampliada para o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), considerando o levantamento de terreno e custos já mencionado pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de aumentar a capacidade de atendimento especializado e liberar consultórios atualmente utilizados como pontos complementares de assistência odontológica.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a possibilidade de instalar o Centro de Especialidades Odontológicas em local com melhor acessibilidade para os moradores dos bairros periféricos, considerando as dificuldades relatadas por usuários que precisam utilizar dois ônibus para chegar ao atendimento especializado, sem comprometer a cobertura dos serviços nas demais regiões do município.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça um procedimento simplificado para cancelamento ou remarcação de consultas odontológicas por telefone, WhatsApp ou outro canal eletrônico disponível, evitando a necessidade de comparecimento presencial exclusivamente para comunicar a impossibilidade de comparecimento e permitindo o aproveitamento das vagas por outros pacientes.

Indicamos ao Poder Executivo que amplie o prazo de confirmação das consultas odontológicas para dois ou três dias antes do atendimento, conforme a viabilidade operacional da rede, mantendo as confirmações por WhatsApp e permitindo que os pacientes comuniquem antecipadamente eventuais impedimentos, reduzindo as faltas que comprometeram 5.123 atendimentos na atenção primária e 689 no CEO no segundo quadrimestre de 2026.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a implantação de uma lista de pacientes interessados em antecipar consultas odontológicas, organizada conforme a necessidade clínica e a disponibilidade de horários, para preencher vagas decorrentes de cancelamentos e faltas comunicadas antecipadamente, especialmente nos procedimentos especializados que exigem períodos prolongados de atendimento, como os tratamentos de canal.

Indicamos ao Poder Executivo que organize o acompanhamento dos pacientes que iniciam tratamentos odontológicos, especialmente aqueles que passam por atendimentos de urgência, extrações ou tratamento de canal, mediante orientação sobre as etapas seguintes e encaminhamento para retorno à unidade de origem, a fim de evitar interrupções do tratamento e reduzir a procura recorrente por atendimento exclusivamente em razão da dor.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a distribuição dos profissionais e dos horários de atendimento odontológico entre as unidades municipais com base nos registros de consultas agendadas, atendimentos realizados, faltas, demanda por urgências e capacidade física dos consultórios, identificando as unidades com horários ociosos e aquelas com maior procura, para orientar eventuais ajustes sem comprometer a continuidade do atendimento nos territórios.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a ampliação dos horários de atendimento odontológico nas unidades em que houver demanda comprovada, considerando especialmente a procura registrada na Clínica Santa Cruz e as dificuldades relatadas por moradores do Jardim das Nações, bem como os índices de faltas após as 17h, para adequar a oferta às necessidades efetivas da população.

Indicamos ao Poder Executivo que fortaleça as ações de busca ativa de crianças encaminhadas pelas escolas municipais para tratamento odontológico, com apoio dos agentes comunitários de saúde e articulação com a assistência social quando necessário, a fim de identificar os motivos do não comparecimento, orientar os responsáveis e facilitar o acesso das crianças aos procedimentos indicados.

Indicamos ao Poder Executivo que amplie as ações de educação em saúde bucal nas escolas municipais, com participação das equipes de saúde da família e dos cirurgiões-dentistas das unidades de referência, priorizando a identificação precoce de cáries, a orientação sobre higiene bucal, a aplicação de flúor mediante autorização dos responsáveis e o encaminhamento das crianças que necessitem de tratamento.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a realização de uma Semana Municipal de Saúde Bucal, com atividades educativas e preventivas nas unidades de saúde, escolas e demais espaços públicos disponíveis, envolvendo profissionais da rede municipal e a sociedade, de modo a ampliar as ações já desenvolvidas pelo Programa Saúde na Escola e reforçar a orientação sobre prevenção, comparecimento às consultas e conclusão dos tratamentos.

Indicamos ao Poder Executivo que amplie o levantamento das condições de saúde bucal da população adulta e idosa, utilizando os registros das unidades municipais e a participação dos cirurgiões-dentistas e agentes comunitários de saúde para identificar as principais necessidades por território, subsidiar o planejamento das ações preventivas e orientar a distribuição dos recursos públicos, considerando que o levantamento atualmente realizado nas escolas abrange principalmente crianças de 6 a 12 anos.

Indicamos ao Poder Executivo que priorize ações de prevenção e encaminhamento odontológico nos bairros periféricos e entre famílias em situação de vulnerabilidade social, considerando os relatos de problemas dentários entre crianças do Jardim Marília e as dificuldades de acesso mencionadas por moradores do Jardim das Nações e do bairro Rondon, com articulação entre as equipes de saúde da família, as escolas e os serviços odontológicos de referência.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a adesão a programas federais e estaduais de financiamento de unidades odontológicas móveis e, quando houver oportunidade, reapresente a solicitação de participação, considerando que o município já buscou essa modalidade de atendimento em duas ocasiões, com a finalidade de ampliar a assistência em regiões vulneráveis e em locais de difícil acesso aos serviços fixos.

Indicamos ao Poder Executivo que acompanhe a fase experimental do serviço de próteses dentárias previsto para a Clínica CECAP e, após o início regular dos atendimentos, monitore o número de pacientes avaliados, os encaminhamentos recebidos, as próteses produzidas e o tempo de espera, utilizando esses dados para verificar a necessidade de readequação da quantidade contratada e de ampliação da oferta.

Indicamos ao Poder Executivo que assegure a avaliação odontológica dos pacientes encaminhados para a confecção de próteses dentárias, com análise das condições dos dentes de apoio, da gengiva e da estrutura óssea, além da realização dos tratamentos prévios necessários, para que a indicação e a instalação das próteses ocorram de acordo com as condições clínicas de cada paciente.

Indicamos ao Poder Executivo que fortaleça a integração entre as equipes de atenção básica e saúde bucal, orientando os profissionais a identificar e encaminhar para avaliação odontológica os pacientes que apresentem problemas bucais durante consultas médicas ou outros atendimentos, inclusive aqueles acompanhados por hipertensão e diabetes, de modo a facilitar o acesso ao tratamento e favorecer o cuidado integral.

Indicamos ao Poder Executivo que promova capacitações periódicas para as equipes de saúde bucal, priorizando o atendimento de urgências e emergências odontológicas, o acolhimento de pessoas com deficiência e necessidades especiais e a atualização dos procedimentos clínicos, aproveitando os cursos gratuitos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e as necessidades de treinamento identificadas pela coordenação municipal.

Indicamos ao Poder Executivo que mantenha um cronograma de manutenção preventiva e substituição gradual dos equipamentos odontológicos, priorizando aqueles que apresentem falhas ou limitem a capacidade de atendimento, e avalie a ampliação do uso de sensores digitais de radiografia, considerando a redução do tempo necessário para a obtenção das imagens e a menor exposição à radiação em comparação com a radiografia convencional.

Indicamos ao Poder Executivo que aperfeiçoe o planejamento de aquisição e reposição de materiais odontológicos, instrumentos e insumos, de modo a reduzir interrupções decorrentes de dificuldades nas licitações e assegurar o abastecimento regular das unidades, considerando a dependência desses recursos para a realização dos procedimentos e a necessidade de manter os equipamentos em condições adequadas de funcionamento.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie a viabilidade de ampliar as ações de prevenção e diagnóstico precoce do câncer bucal, aproveitando a estrutura da campanha anual realizada nas unidades de saúde durante a mobilização de vacinação contra a influenza e reforçando a orientação a adultos e idosos sobre a importância da avaliação profissional.

Indicamos ao Poder Executivo que avalie, em conjunto com a coordenação municipal de saúde bucal, a demanda por atendimento odontológico especializado de crianças e adolescentes, especialmente nos casos que exijam acompanhamento ortodôntico, identificando as necessidades existentes e as possibilidades de encaminhamento pela rede pública, sem comprometer a oferta dos procedimentos básicos e especializados já disponibilizados pelo município.

Indicamos ao Poder Executivo que apure as reclamações de usuários que relatam dificuldades para obter atendimento odontológico de urgência, especialmente nos finais de semana e nos bairros periféricos, verificando os fluxos de acolhimento, os horários disponíveis e os procedimentos de encaminhamento entre unidades, para corrigir eventuais falhas e assegurar que os pacientes recebam atendimento inicial para controle da dor e continuidade do tratamento.

Indicamos ao Poder Executivo que mantenha um canal direto de comunicação entre a coordenação municipal de saúde bucal, as unidades de atendimento e os gabinetes parlamentares para o encaminhamento de relatos de dificuldades de acesso, com identificação da unidade envolvida e das circunstâncias do caso, permitindo a apuração das ocorrências e a adoção de providências, sem substituir a avaliação clínica dos profissionais responsáveis.

Indicamos ao Poder Executivo que padronize as orientações fornecidas aos munícipes encaminhados por agentes públicos para atendimento odontológico, esclarecendo que a unidade de saúde deverá realizar o acolhimento, o agendamento e a avaliação clínica necessários, cabendo ao cirurgião-dentista definir os procedimentos indicados, sem que o encaminhamento determine previamente extrações ou outros tratamentos.

Indicamos ao Poder Executivo Federal que, por intermédio do Ministério da Saúde, avalie a inclusão do Município de Salto nos programas de aquisição e financiamento de Unidades Odontológicas Móveis (UOM), considerando as dificuldades de acesso relatadas por moradores de bairros periféricos e a necessidade de ampliar a assistência odontológica em regiões de maior vulnerabilidade social.

Indicamos ao Poder Executivo Federal que, por intermédio do Ministério da Saúde, avalie a ampliação dos recursos destinados à implantação e ao custeio dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), considerando o crescimento da demanda por tratamentos especializados em Salto e a limitação da estrutura física atualmente utilizada pelo serviço.

Indicamos ao Poder Executivo Federal que, por intermédio do Ministério da Saúde, amplie as oportunidades de financiamento para aquisição e modernização de equipamentos odontológicos destinados à rede pública, incluindo sensores digitais de radiografia, a fim de contribuir para a melhoria das condições de trabalho das equipes e para a agilidade dos atendimentos.

Indicamos ao Poder Executivo Federal que, por intermédio do Ministério da Saúde, fortaleça a oferta de capacitações gratuitas para profissionais de saúde bucal, com conteúdos voltados ao atendimento de urgências e emergências odontológicas, ao acolhimento de pessoas com deficiência e à qualificação dos procedimentos realizados na atenção básica e especializada.

Indicamos ao Poder Executivo Estadual que, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, avalie a possibilidade de apoiar financeiramente a ampliação da estrutura física do Centro de Especialidades Odontológicas de Salto, mediante articulação com a Prefeitura e análise dos estudos de terreno e custos já iniciados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Indicamos ao Poder Executivo Estadual que, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, avalie a possibilidade de estabelecer apoio técnico e financeiro aos municípios para a modernização dos equipamentos odontológicos da rede pública, priorizando serviços que apresentem limitações estruturais e demanda crescente por procedimentos especializados.

Indicamos ao Poder Executivo Estadual que, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, avalie a oferta de capacitações regionais para profissionais de saúde bucal dos municípios paulistas, com

ênfase no atendimento a pessoas com deficiência, nas urgências odontológicas e na integração entre atenção primária e assistência especializada.

Indicamos ao Poder Executivo Estadual que, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, avalie, em articulação com o Município de Salto, oportunidades de apoio à ampliação do acesso aos tratamentos odontológicos especializados, considerando as dificuldades de deslocamento relatadas por moradores de bairros periféricos e a necessidade de organizar os fluxos de encaminhamento para os serviços de referência.

Todas as informações sobre a Reunião Pública consta no site da Câmara no seguinte link: https://www.camarasalto.sp.gov.br/politicas-publicas/category/729-saude-bucal-desafios-necessidades-da-populacao-e-propostas-para-melhorar-o-acesso-e-a-qualidade-do-atendimento-28-09-2026-14h

EDEMILSON PEREIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, BENS, SERVIÇOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, SERVIDORES, MEIO AMBIENTE E ADMINISTRAÇÃO

LUZIA DE FÁTIMA IZIDÓRIO VIDAL
MEMBRO DA COMISSÃO

ARILDO GUADAGNINI
MEMBRO DA COMISSÃO